



CONTRATO Nº 042/2021 QUE ENTRE SI CELEBRAM A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO E A EMPRESA SOLUMINAR SERVICE EIRELI, TENDO POR OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA QUE PRESTARÁ SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA PREDIAL, PARA ATENDER A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO – NÚCLEO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE – CUIABÁ-MT.

A **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO**, com sede na Rua 02, esquina com a Rua C, Setor A, s/nº, quadra 04, lote 04, Centro Político Administrativo, Cuiabá-MT – CEP: 78.049-050, inscrita no CNPJ sob o nº 02.528.193/0001-83, neste ato representado pelo Primeiro Subdefensor Público-Geral do Estado, **Dr. ROGÉRIO BORGES FREITAS**, nomeado pelo ATO Nº. 001/2019, de 03 de janeiro de 2019, publicado no DOE de 03 de janeiro de 2019, inscrito no CPF/MF nº 831.989.031-49, portador da cédula de identidade RG nº 997800 - SSP/MS, doravante denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado à empresa **SOLUMINAR SERVICE EIRELI**, localizada à Rua RI Nº08, Quadra 64, Lote 36, Bairro Residencial Itaipu, CEP 74.356-052 Goiânia/GO, inscrita no CNPJ sob nº 31.315.082/0001-97, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. **FABIANO DE SOUSA NETO**, portador(a) do RG 4448700 PCI/GO e CPF nº 002.588.371-28, considerando a autorização para a aquisição de que trata Processo nº **8995/2021**, **Parecer Jurídico nº 199/2021**, decorrente do Pregão Eletrônico nº 26/2021, Ata de Registro de Preços nº 050/2021, resolvem celebrar o presente Contrato, que será regido pela Lei nº. 8.666/93, Lei 10.520/02, Decreto Federal nº 10.024/2019, Decreto Estadual 840/17 e todas alterações posteriores e, supletivamente, pelos princípios da teoria geral dos contratos e pelas disposições de direito privado e, ainda, pelas cláusulas e condições a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada que prestará serviços de reformas e manutenções prediais (serviços comuns de engenharia), com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, com o maior desconto a ser aplicado na planilha de serviço e insumo constantes da tabela SINAPI, para atender a Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso - **Núcleo da Infância e Juventude**.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA LICITAÇÃO

2.1. Para a presente contratação foi realizada a Licitação da Modalidade – Pregão Eletrônico nº 026/2021 – registro de preços, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/02, Lei Federal nº 12.846/2013, Decreto Federal nº 10.024/2019, e dos Decretos Estaduais nº 840/2017, 8.199/2006, 572/2016 e da Lei Estadual n. 9.879/2013, bem como assinada e publicada a Ata de Registro de Preços nº 050/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA SUJEIÇÃO DAS PARTES

3.1. As partes declaram-se sujeitas às normas previstas na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/02, Lei Federal nº 12.846/2013, Decreto Federal nº 10.024/2019, e dos Decretos Estaduais nº



840/2017, 8.199/2006, 572/2016 e da Lei Estadual n. 9.879/2013 e, supletivamente, pelos princípios da Teoria Geral dos Contratos e pelas disposições de direito privado, bem como, pelas cláusulas e condições deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. Este instrumento vigorará, por **05 (cinco) meses**, contados a partir da data da sua assinatura, tendo eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado.

4.2. Deverá ser observado o prazo de finalização da execução dos serviços, descrito na Cláusula Sexta.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO E REAJUSTE

5.1. O valor total do presente contrato é de **R\$ R\$ 90.406,34 (noventa mil quatrocentos e seis reais e trinta e quatro centavos)**, que será pago após a conclusão do serviço e após avaliação e aprovação dos trabalhos pela equipe técnica da Contratante.

DESCRIÇÃO	VALOR (SEM DESCONTO)	% DE DESCONTO	VALOR TOTAL (COM DESCONTO)
POLO 01 – CUIABÁ-MT – SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL – NÚCLEO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE.	R\$ 113.007,92	20%	R\$ 90.406,34

5.2. Todas as especificações para a execução da obra, seguem nos seguintes anexos:

- a) Planilha de orçamento com fontes de custos baseada na planilha SINAPI;
- b) Planilha com as composições analíticas de fontes não encontrados na tabela SINAPI, se for o caso;
- c) Projeto Arquitetônico ou complementares, se for o caso;
- d) Memorial descritivo dos serviços e memória de cálculo dos quantitativos, se for o caso;
- e) Cronograma físico e cronograma físico-financeiro, se for o caso;

5.2. O valor do presente **CONTRATO** poderá ser revisto nos termos do art. 65, inciso II, alínea 'd' da Lei Federal nº 8.666/1993, desde que o pedido esteja devidamente fundamentado, visando o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato.

5.3. Não será concedido reajuste por índice inflacionário.

CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO DA EXECUÇÃO DA OBRA

6.1. A empresa contratada se obriga a iniciar o serviço objeto deste instrumento, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, após o recebimento da Ordem de Serviço e e-mail encaminhado pela Coordenadoria de Infraestrutura Física.

6.2. A solicitação será feita pela Defensoria Pública à empresa a ser contratada, após assinatura do Contrato ou instrumento equivalente, mediante Ordem de Serviço.

6.3. A empresa deverá cumprir os prazos estabelecidos no cronograma físico-financeiro, sendo a execução da obra por um período de **60 (sessenta) dias**.

6.4. Para os reparos corretivos emergenciais, a empresa deverá manter serviços de plantão 24 (vinte e quatro) horas e, quando for o caso, realizá-los em até 48 (quarenta e oito) horas após o recebimento da Ordem de Serviço.

6.4.1. Consideram-se reparos corretivos emergenciais, aqueles ocasionados por descargas atmosféricas, quedas de árvores, tempestades, acidentes, e todos aqueles que podem comprometer a segurança das pessoas e bens patrimoniais.



- 6.5.** Os serviços somente serão considerados executados mediante o recebimento definitivo por um servidor da Coordenadoria de Infraestrutura Física.
- 6.6.** Os materiais, equipamentos, aparelhos e ferramentas serão disponibilizados pela Contratada aos profissionais para execução dos serviços.
- 6.7.** Todos os materiais a serem empregados deverão ser novos, comprovadamente de primeira linha, de qualidade extra ou superior e certificados pelo INMETRO. Serão rejeitados os materiais classificados como linha popular ou econômica.
- 6.8.** Todos os serviços deverão ser executados de acordo com os tipos e cores indicadas nas especificações e cujas amostras tenham sido apresentadas previamente e aprovadas pela FISCALIZAÇÃO, antes de sua utilização. Nenhum material será instalado sem a autorização prévia da FISCALIZAÇÃO.
- 6.9.** Caso a contratada identifique durante a execução de um serviço corretivo a necessidade de realização de serviços adicionais, tal fato deverá imediatamente ser informado à fiscalização, que analisará a viabilidade de sua execução, caso a caso, devendo sempre que possível, a contratada efetuar registros fotográficos para posterior comprovação e pagamento.
- 6.10.** A Contratada deverá fazer a movimentação e eventuais desmontagens e remontagens de móveis e equipamentos, quando for necessário à desobstrução do local onde serão realizados os trabalhos, além de protegê-los com manta plástica.
- 6.11.** A Contratada deverá realizar o reposicionamento dos móveis e equipamentos no local, imediatamente após a conclusão dos serviços, seguindo-se a limpeza do local.
- 6.12.** A empresa contratada terá que efetuar a limpeza do canteiro de obras com recolhimento dos entulhos resultante dos serviços executados, dando a destinação correta para os resíduos, conforme legislação local.
- 6.13.** Na execução devem ser observadas as especificações gerais e as indicações do relatório, as prescrições ambientais, e ainda as normas brasileiras da ABNT aplicáveis.
- 6.14.** Os serviços efetuados serão objetos de constante avaliação com o escopo de averiguar sua conformidade quantitativa e qualitativa, não eximindo a responsabilidade de execução dos serviços por parte da Contratada.
- 6.15.** Os serviços considerados defeituosos deverão ser corrigidos imediatamente.
- 6.16.** Quando o serviço for realizado no prazo inferior a 30 (trinta) dias: Após a comunicação formal do término dos serviços, o fiscal do Contrato efetuará o recebimento provisório em até 10 (dez) dias úteis, relacionando os itens pendentes ou que não estão em conformidade com o presente Termo de Referência, os quais deverão ser sanados pela contratada no prazo fixado pela Fiscalização. Em até 10 dias após o saneamento das pendências fixadas no Termo de Recebimento Provisório, deverá ser emitido o Termo de Recebimento Definitivo.
- 6.17.** Quando o serviço for realizado no prazo superior a 30 (trinta) dias: Após a comunicação formal do término dos serviços, o fiscal do Contrato efetuará o recebimento provisório em até 15 (quinze) dias úteis, relacionando os itens pendentes ou que não estão em conformidade com o presente Termo de Referência, os quais deverão ser sanados pela contratada no prazo fixado pela Fiscalização. Em até 15 dias após o saneamento das pendências fixadas no Termo de Recebimento Provisório, deverá ser emitido o Termo de Recebimento Definitivo.
- 6.18.** O regime de execução será indireta por preço unitário, conforme disposto no art. 6º, VIII, e art. 10, II, ambos da Lei nº 8.666/93 e alterações.



CLÁUSULA SETIMA - DA GARANTIA DO SERVIÇO

7.1. A garantia dos serviços deverá cobrir material defeituoso, vício oculto, erro de fabricação ou erro de instalação. Durante o período de vigência da garantia, o produto deverá ser reparado ou a peça substituída sem ônus para a Instituição.

7.2. Quando se tratar de algum pequeno reparo ou substituição de materiais a garantia deverá ser de 01 (um) ano.

7.3. Quando se tratar de uma reforma, a garantia deverá ser de 05 (cinco) anos, conforme termo contratual.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Para garantir o fiel cumprimento do objeto deste, a Empresa contratada se compromete a:

8.1.1. Após a homologação da licitação, assinar o contrato, máximo, de 03 (três) dias úteis, contados do recebimento da convocação oficial;

8.1.2. Manter contato com a Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso sobre quaisquer assuntos relativos aos serviços contratados, sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência de cada caso;

8.1.3. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para a Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso;

8.1.4. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

8.1.5. Comunicar imediatamente à Defensoria Pública qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para o recebimento de correspondência;

8.1.6. Efetuar a imediata correção das deficiências apontadas pela Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, com relação aos bens fornecidos/execução de serviço;

8.1.7. Executar a prestação, de acordo com a solicitação da Defensoria Pública, obedecendo a proposta apresentada, dentro dos padrões estabelecidos, de acordo com as especificações do Termo de Referência, proposta de preço apresentada, ARP, contrato e/ou documento equivalente responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de condição estabelecida;

8.1.8. Manter, durante o prazo de vigência do contrato, e ou documento equivalente a este, todas as condições de qualificação e habilitação exigidas na licitação;

8.1.9. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Defensoria Pública, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência a Defensoria, imediatamente, por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando do fornecimento ora contratado;

8.1.10. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Defensoria Pública, no tocante ao fornecimento do objeto, assim como ao cumprimento das obrigações constantes do contrato ou documento equivalente a este;

8.1.11. Os preços ofertados pela empresa deverão incluir todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, frete, etc);

8.1.12. Responsabilizar-se por todo e qualquer dano que causar ao Órgão, ou a terceiros, ainda que culposo praticado por seus prepostos, empregado ou mandatários, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela Defensoria Pública do Estado;

8.1.13. Responsabilizar-se por todo e qualquer tipo de atuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento/execução do serviço em questão, bem como pelos Contratos de trabalho



de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo esta instituição de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

8.1.14. Credenciar junto a esta Defensoria um preposto para prestar esclarecimentos e atender às reclamações/solicitações que surgirem durante a execução do contrato e/ou instrumento equivalente a este;

8.1.15. A empresa contratada deverá cumprir quaisquer outras exigências legais pertinentes ao objeto contratado, que por ventura não tenham sido explicitados no Termo de Referência, ARP, contrato e /ou documento equivalente;

8.1.16. Fornecer objeto dentro do quantitativo estimado na tabela constante neste instrumento;

8.1.17. Observar conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, objetivando ao correto fornecimento dos produtos/ prestação do serviço;

8.1.18. Utilizar empregados capacitados, com conhecimentos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

8.1.19. Caso uma única empresa vença os 06 (seis) itens para a execução dos serviços, esta deverá dispor obrigatoriamente de equipes suficientes para atender a 3(três) Polos de forma simultânea, pois poderão ser expedidas Ordens de Serviços visando atender a três Polos ao mesmo tempo;

8.1.20. Dispor de pessoal necessário para garantir a execução dos serviços, no regime desta contratação, sem interrupção da prestação dos serviços, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença médica, falta ao serviço, greve, demissão e outros motivos análogos obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente;

8.1.21. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços ora contratados, nos termos da legislação vigente;

8.1.22. Providenciar, sempre que necessário, a manutenção corretiva de equipamentos para a solução de problema que acarrete suspensão de disponibilidade ou de operacionalidade de serviços;

8.1.23. A empresa deve manter seu pessoal uniformizado, além de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC) necessários;

8.1.23.1. Os funcionários que não estiverem uniformizados serão proibidos pelos Fiscais de execução de adentrarem ao Prédio para executar os serviços, e a empresa sofrerá as sanções que dispõe a Lei 8.666/93;

8.1.24. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados eventualmente acidentados ou com mal súbito;

8.1.25. Instruir seus empregados quanto às necessidades de acatar as orientações da Contratante, inclusive quanto ao cumprimento das normas internas de Segurança e Medicina do Trabalho, assim como as orientações de prevenção de incêndio nas dependências da Contratante;

8.1.26. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, no tocante ao fornecimento dos serviços/produtos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no presente Termo;

8.1.27. A inexecução de qualquer serviço, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste contrato e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

8.1.28. Fiscalizar o perfeito cumprimento daquilo a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelos fiscais de contrato;

8.1.29. Indenizar terceiros e/ou ao Órgão/Entidade, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas



as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

8.1.30. Responsabilizar-se pelos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, assim como todos os impostos, taxas, seguros e quaisquer outras despesas resultantes da execução do contrato. Para garantir que a empresa contratada está atendendo as condições da habilitação, ao Órgão/Entidade contratante cabe, a qualquer tempo, checar a regularidade nos recolhimentos dos tributos e encargos sociais, mormente aqueles relacionados à folha de pagamento;

8.1.31. Todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do contrato em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximirá a Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

8.1.32. Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto do presente Termo correrão por conta exclusivos da contratada;

8.1.33. Deverá ser observado o percentual do ISSQN (Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza) do(s) município(s) onde o(s) serviço(s) de manutenção predial estiver(em) sendo executado(s);

8.1.34. A contratada deverá se atentar para as demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei n. 8.666/93 e alterações, e na Lei n. 10.520/2002, Decreto Estadual 840/2017, além de outras legislações pertinentes.

8.1.35. Deverá, no que couber, adotar práticas de sustentabilidade ambiental, conforme requisitos constantes na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010;

8.1.36. No que couber, a contratada, nos termos da Lei Estadual n.º 9.879, de 07 de janeiro de 2013, regulamentada pelo Decreto Estadual n.º 1.891, de 20 de agosto de 2013, que dispõe sobre a reserva de vagas de trabalho a presos e egressos do Sistema Penitenciário Estadual nas contratações de mão de obras e serviços pelo Estado de Mato Grosso DEVERÁ disponibilizar, na execução do contrato, vagas aos presos, egressos, cumpridores de penas e medidas alternativas com o auxílio do cadastro mantido pela Fundação Nova Chance (FUNAC) na seguinte proporção:

8.1.36.1. até 05 (cinco) postos de trabalho - reserva facultativa;

8.1.36.2. de 06 (seis) a 19 (dezenove) postos de trabalho - 01 (uma) vaga;

8.1.36.3. de 20 (vinte) ou mais postos de trabalho - no mínimo 5% (cinco por cento).

8.1.37. A contratada deverá apresentar ao gestor do contrato, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contado do início efetivo da execução dos serviços, a lista dos empregados que ocuparão as vagas disponibilizadas, sendo obrigação da contratada manter durante toda a execução do contrato tal disponibilidade de vagas, atualizando mensalmente a lista apresentada;

8.1.38. A contratada obriga-se a manter, durante todo o tempo da execução do contrato, incluindo-se aí suas prorrogações, a relação da proporcionalidade entre as vagas disponibilizadas aos egressos do sistema penitenciário no mercado de trabalho e aquelas necessárias ao adimplemento do contrato, de acordo com o previsto na Lei Estadual n.º 9.879/2013 e no artigo 8º do Decreto Estadual n.º 1.891/2013, sob pena de multa;

8.1.39. De acordo com o Artigo 4º do Decreto Estadual n.º 1.891/2013, as contratações de presos do regime fechado e semiaberto deverão obrigatoriamente ser celebradas com a intermediação da FUNAC, nos termos do Decreto Estadual n.º 1.609/2013.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. A Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso obriga-se a:



9.1.1. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações a serem contratadas, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da empresa fornecedoras nas dependências da Defensoria Pública;

9.1.2. Permitir ao pessoal da contratada, acesso ao local da entrega desde que observadas às normas de segurança;

9.1.3. Notificar a contratada de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos/prestação dos serviços;

9.1.4. Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas neste contrato, garantindo a real disponibilidade financeira para a quitação de seus débitos frente à empresa prestadora dos serviços ora contratados, sob pena de ilegalidade dos atos;

9.1.5. Receber os bens/serviços, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste instrumento;

9.2. Recusar os serviços nas seguintes hipóteses:

9.2.1. Que apresentarem vício de qualidade ou impropriedade para o uso;

9.2.2. Que possuam nota fiscal com especificação e quantidade em desacordo com presente Termo;

9.2.3. Quando entregues em desacordo com as especificações dos requisitos obrigatórios deste.

9.3. O recebimento provisório dar-se-á, por responsável indicado pela Defensoria Pública, no prazo de até 10(dez) dias úteis, quando o serviço for realizado no prazo inferior a 30 (trinta) dias, ou em até 15 (quinze) dias úteis, quando o serviço for realizado no prazo superior a 30 (trinta) dias;

9.4. O recebimento provisório não implica sua aceitação;

9.5. O recebimento definitivo dar-se-á, pela Defensoria Pública, após a verificação do cumprimento das especificações do produto/prestação do serviço, nos termos deste e da proposta vencedora, no prazo de até 10(dez) dias úteis, quando o serviço for realizado no prazo inferior a 30 (trinta) dias, ou em até 15 (quinze) dias úteis, quando o serviço for realizado no prazo superior a 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório;

9.4. Efetuar o pagamento, após o recebimento definitivo, o qual deverá atender aos termos do Decreto nº 840/2017, bem como o Decreto 8.199/2006, após o recebimento dos serviços, mediante ordem bancária, através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente até o 30º (trigésimo) dia, desde que a Nota Fiscal esteja atestada por responsável da contratante;

9.5. Exigir a substituição, de qualquer empregado ou preposto da contratada que não atue adequadamente no trato dos serviços, estiver sem uniforme ou crachá, que produza complicações com o exercício das atribuições que lhe foram designadas.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA POSSIBILIDADE DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1. Será permitida a subcontratação parcial, sem prejuízo ao objeto, conforme o Art.72, da Lei 8666/1993, desde que não superem 50% do valor total do serviço solicitado.

10.2. Para a subcontratação parcial deverão ser observadas as condições estabelecidas no Termo de Referência e atendidos os seguintes requisitos:

a) Informação prévia à Fiscalização dos motivos da subcontratação, da identificação da subcontratação e das razões da escolha;

b) Atendimento pela subcontratada, no que couber, das condições de habilitação e das disposições do edital e do contrato, mediante a apresentação da documentação pertinente à Fiscalização.

10.3. A Contratada, independente da subcontratação parcial, permanece responsável pela execução do objeto contratado, respondendo pela qualidade e exatidão dos trabalhos subcontratados, sendo, ainda,



perante a Contratante, responsável solidária com a subcontratada junto aos credores desta, no que se refere aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, e pelas consequências dos atos e fatos a esta imputáveis.

10.4. A Fiscalização, após analisar a solicitação da Contratada referente à subcontratação parcial, deverá se manifestar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento da solicitação, podendo solicitar outros documentos além dos apresentados, ou os esclarecimentos que julgar necessários, devendo a Contratada atender à solicitação no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes do presente contrato ocorrerão por conta da seguinte dotação orçamentária:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
10101.0001.03.122.036.2005.9900.339000000.100.1.1

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PAGAMENTO

12.1. O pagamento será realizado da seguinte forma:

12.1.1. Quando o serviço for realizado no prazo inferior a 30 (trinta) dias: após o término do serviço, será verificada a conformidade quantitativa e qualitativa do serviço, e após o recebimento definitivo por esta Instituição, deverá ser emitida a Nota Fiscal dos serviços para atesto do fiscal e posterior pagamento.

12.1.2. Quando o serviço for realizado no prazo superior a 30 (trinta) dias: o cronograma físico-financeiro deverá ser rigorosamente seguido. Serão realizadas medições mensais dos serviços, para tanto, a fiscalização deverá elaborar a planilha de medição, após solicitação formal da empresa, verificando a conformidade quantitativa e qualitativa dos serviços executados no período. Após fechada a planilha e apresentada à Contratada, esta deverá emitir Nota Fiscal que será atestada pelo fiscal do Contrato e posterior pagamento.

12.2. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação, fato que não gera direito a reajuste de preços ou à atualização monetária.

12.3. Havendo erro na nota fiscal/fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida pela fiscalização da contratada e o pagamento ficará pendente até que sejam providenciadas as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso;

12.4. A documentação de cobrança não aceita pela Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso será devolvida à contratada para as devidas correções, com as informações que motivaram sua rejeição pela fiscalização.

12.5. Caberá ao Fiscal do Contrato ter o pleno controle das Notas Fiscais emitidas até sua totalidade, perfazendo 100% do estimado em Ordem de Serviço.

12.6. A administração se reserva o direito de não receber os serviços que não estiverem em perfeitas condições de uso e/ou de acordo com as especificações estipuladas neste Termo de Referência, ficando suspenso o pagamento da Nota Fiscal enquanto não forem sanadas tais incorreções. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária;



12.7. A omissão de qualquer despesa necessária à realização do objeto será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo a contratante pleitear acréscimo após a entrega das propostas.

12.8. Caso haja alguma pendência de serviços ou irregularidade fiscal, que conste dos serviços medidos pelo Fiscal, o prazo para o pagamento iniciar-se-á após situação regular e/ou a reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Administração.

12.9. A contratada indicará no corpo da Nota Fiscal o número da Nota de Empenho, nome do banco, agência e conta corrente, onde deverá ser feito o pagamento e será efetuado via ordem bancária, bem como o número do contrato;

12.10. Junto às Notas Fiscais a contratada deverá, obrigatoriamente, apresentar Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais, Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS, nos termos do art. 1º do Decreto Estadual 8.199/2006;

12.11. No preço apresentado na proposta deverão estar incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.).

12.12. A critério da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, os créditos existentes em favor da contratada poderão ser utilizados para compensar quaisquer possíveis despesas resultantes de multas, indenizações, inadimplências contratuais e/ou outras responsabilidades desta última;

12.13. A não disponibilização das informações e/ou documentos exigidos no item 12.9 e 12.10 caracteriza descumprimento de cláusula contratual, sujeitando a contratada à aplicação da penalidade legalmente cabível;

12.14. A Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, sem prejuízo de exercer outras prerrogativas contratuais, poderá sustar o pagamento de qualquer nota fiscal/fatura de prestação de serviços apresentada pela contratada, no todo ou em parte, nos seguintes casos:

12.14.1. Execução parcial ou defeituosa dos serviços;

12.14.2. Existência de débito da contratada para a Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, proveniente da execução do contrato e/ou instrumento equivalente a este;

12.14.3. Não cumprimento da obrigação contratual, hipótese em que o pagamento ficará retido até a contratada atenda cláusula infringida;

12.14.4. Paralisação dos serviços por culpa da contratada.

12.15. Ocorrerá retenção ou glosa no pagamento sem prejuízo das sanções cabíveis, nas hipóteses em que a contratada:

12.15.1. Não produzir os resultados, deixar de executar ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;

12.15.2. Deixar de utilizar materiais/equipamentos e recursos humanos exigidos para a execução dos serviços, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – GLOSAS

13.1 A Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso poderá realizar glosas nas faturas conferidas, indicando-as nos avisos de crédito a serem enviados à contratada, nas seguintes hipóteses:

a) Glosa administrativa: aplicada quando da evidência, pelo fiscal do Contrato, do não cumprimento de parâmetros administrativos estabelecidos para a cobrança de bens, tais como: ausência de assinaturas; rasuras; ausência de apresentação de documentos referentes ao pagamento, etc;

b) Glosa técnica: aplicada quando da ocorrência de cobranças indevidas dos itens que compõem as faturas apresentadas.



13.2 . As glosas poderão ser objeto de recurso por parte da contratada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após seu pagamento, por escrito, onde conste o número da correção informada no aviso, número do contrato, mês do serviço/fornecimento, valor recursado e as devidas justificativas, para análise pelo fiscal do Contrato da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso. Esgotado este prazo, as glosas serão consideradas definitivas.

13.3 Na hipótese de silêncio ou inércia da contratada quanto às divergências apontadas, decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias para interposição de recurso de glosa, dar-se-á rasa, total e plena quitação de toda e qualquer diferença.

13.4 A Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso terá prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data do recebimento formal do recurso, para apresentar à contratada, também por escrito, o resultado da análise realizada, providenciando os devidos acertos, se for o caso.

13.5 A Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso poderá, também no prazo de 60 (sessenta) dias após os pagamentos, proceder a correções em virtude da identificação de questões não verificadas quando do processamento das faturas.

13.6. Fica acordado que os acertos a serem realizados acontecerão sempre de acordo com os calendários de pagamentos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

14.1. A fiscalização será exercida por um representante da Defensoria Pública, designado pelo Órgão, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem e de tudo dará ciência a contratada (art. 67 da Lei nº 8.666/93).

14.2. Tal Fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da empresa vencedora do certame, inclusive perante terceiro, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas, vício redibitório, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Defensoria Pública ou de seus agentes e prepostos (art. 70 da Lei nº 8.666/93).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

15.1. O presente contrato poderá ser rescindido pelos motivos previstos nos artigos 77 e 78 e nas formas estabelecidas no art. 79, acarretando as consequências do art. 80, todos da Lei nº 8.666/93, atualizada;

15.2. A rescisão, por algum dos motivos previstos na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, não dará à contratada direito a indenização a qualquer título, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial;

15.3. A rescisão acarretará, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial por parte da contratante, a retenção dos créditos decorrentes deste contrato, limitada ao valor dos prejuízos causados, além das sanções previstas neste ajuste até a completa indenização dos danos;

15.4. Fica expressamente acordado que, em caso de rescisão, nenhuma remuneração será cabível, a não ser o ressarcimento de despesas autorizadas pela contratante, previstas no presente contrato e comprovadamente realizadas pela contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS SANÇÕES

16.1. Sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 10.520/02 e o Decreto Federal nº 10.024/2019, no que couber, na Lei nº 8.666/93, garantida a prévia defesa, a Administração poderá, isoladamente ou cumulativamente, aplicar a contratante, nas hipóteses de atraso ou recusa imotivada em assinar a ata de



registro, contrato ou outro instrumento equivalente; fraude na execução do contrato; comportamento inidôneo; cometimento de fraude fiscal; não manutenção da proposta e não sendo suas justificativas aceitas pela Administração, as seguintes penalidades:

16.1.1. Advertência por escrito, no caso de irregularidades de pequena monta;

16.1.2. Multa de mora, quando da inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, que será aplicada por infração e graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

16.1.2.1. 20% (vinte por cento) sobre o valor da nota de empenho ou contrato, em caso de descumprimento total da obrigação;

16.1.2.2. 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o 15º (décimo quinto) dia de atraso, sobre o valor total da parte do serviço/fornecimento não realizado;

16.1.2.3. 0,7% (sete décimos por cento) por dia de atraso subsequente ao 15º (décimo quinto), sobre o valor da parte do serviço/fornecimento não realizado, até o 30º (trigésimo);

16.1.2.4. Após o trigésimo dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

16.1.3. Para fins de cálculo do valor total em multas porventura devido pela contratada, considerar-se-á o somatório entre todas as penalidades desta espécie, aplicadas conforme o número de infrações verificadas e a quantidade de dias em que estas ocorrem;

16.1.4. Para os casos de multas não previstas neste Edital, aplicar-se-á o valor de até 2% (dois por cento) sobre o total empenhado, apurado até o momento da respectiva ocorrência, ou sobre o valor total contratado no caso de atraso ou recusa imotivada em assinar a ata de registro, contrato ou outro instrumento equivalente;

16.1.5. Ainda, o descumprimento injustificado das condições estabelecidas no cronograma de cada serviço estará sujeito às penalidades e condicionará a contratada às seguintes multas:

16.1.5.1. Quanto ao atraso no início de cada serviço:

a) Atraso de até 03 (três) dias úteis no início do serviço, notificação pela Coordenadoria de Infraestrutura Física através de e-mail;

b) A partir do 4º dia útil até o 7º dia útil, multa de 2% (dois por cento) sobre o valor contratado nas Ordens de Serviço emitidas para o serviço;

c) A partir do 7º dia útil até o limite do 10º dia útil, multa de 4% (quatro por cento) sobre o valor contratado nas Ordens de Serviço emitidas para o serviço, caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 10º dia útil de atraso.

16.1.5.2. Quanto ao atraso para finalizar o serviço:

a) Atraso de até 03 (três) dias úteis para entrega do serviço, notificação pela Coordenadoria de Infraestrutura Física através de e-mail;

b) A partir do 4º dia útil até o 7º dia útil, multa de 2% (dois por cento) sobre o valor contratado nas Ordens de Serviço emitidas para o serviço;

c) A partir do 7º dia útil até o limite do 10º dia útil, multa de 4% (quatro por cento) sobre o valor contratado nas Ordens de Serviço emitidas para o serviço, caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 10º dia útil de atraso.

16.1.5.3. Quanto ao atraso para entrega de ART/RRT paga, quando solicitado pela Coordenadoria de Infraestrutura Física:

a) Atraso de até 03 (três) dias úteis para entrega da ART/RRT recolhida e paga, notificação pela



Coordenadoria de Infraestrutura Física através de e-mail;

b) A partir do 4º dia útil até o 10º dia útil, multa de 2% (dois por cento) sobre o valor contratado nas Ordens de Serviços emitidas para o serviço.

16.1.6. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, ao ÓRGÃO/ENTIDADE poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor contratado por Ordens de Serviços – O.S. emitidas.

16.1.7. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão/Entidade competente para que seja inscrita na dívida ativa do Estado, podendo, ainda o Órgão/Entidade proceder à cobrança judicial da multa.

16.2. Sem prejuízo de outras sanções e multas, poderá incorrer nas seguintes penalidades:

16.2.1. Suspensão temporária para participar de licitação e impedimento de contratar com a Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso por até 02 (dois) anos;

16.2.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante com a Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, depois de ressarcido dos prejuízos causados;

16.2.3. Impedimento de licitar e contratar com o Estado de Mato Grosso e descredenciamento do SICAF ou do sistema de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, se o licitante ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do compromisso consignado, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa;

16.2.3.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

16.3. A multa eventualmente imposta a contratada será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês;

16.4. As multas e sanções previstas neste Edital não eximem a contratada da reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos que seus atos venham a causar à Administração.

16.5. Se o motivo ocorrer por comprovado impedimento ou por motivo de reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração, a contratada ficará isento das penalidades mencionadas.

16.6. As sanções descritas acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.

16.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

16.8. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar a Instituição.



CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA GARANTIA CONTRATUAL

17.1. A contratada prestará garantia no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da devida notificação pela Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, em percentual equivalente a 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato, podendo optar por quaisquer das modalidades previstas no art. 56 da Lei 8.666/93.

17.2. Em se tratando de fiança bancária, deverá constar do instrumentamento a expressa renúncia pelo fiador dos benefícios previstos nos artigos 824 e 835 do Código Civil;

17.3. Os depósitos para garantia das obrigações decorrentes da execução do contrato, quando em dinheiro, serão obrigatoriamente efetuados mediante abertura de conta corrente no banco do Brasil, vinculando-a ao contrato. Sendo que este documento deverá ser entregue no ato da assinatura. No caso da empresa optar por outra forma de garantia, o documento será entregue na Defensoria Pública, que encarregará de enviá-lo para a Coordenadoria de Orçamentos, Finanças e Contabilidade para registro e guarda;

17.4. No caso da contratada optar pela apresentação do seguro-garantia, a apólice deverá conter cláusula de “cancelamento” e, ainda da previsão expressa de cobertura de multas contratuais;

17.5. A garantia prestada pela contratada será liberada ou restituída após a execução do contrato, quando verificada que não existam pendências junto à Administração e outros encargos;

17.6. A contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para descontar os valores referentes a eventuais multas aplicadas à contratada, bem como nos casos decorrentes de inadimplemento contratual, e de indenização por danos causados ao patrimônio da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso ou de terceiros, ocorridos nas suas dependências.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA ANTICORRUPÇÃO

18.1. Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, o que deve ser observado, ainda, pelos prepostos e colaboradores.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS PRERROGATIVAS DA DEFENSORIA PÚBLICA

19.1. A empresa contratada reconhece os direitos da Defensoria Pública Estadual concernente a:

- a) rescindi-lo, unilateralmente, nos casos especificados no inciso I do artigo 79 da Lei 8666/93;
- b) aplicar as sanções motivadas pela inexecução, total ou parcial do contrato;
- c) fiscalizar a execução do ajuste.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA DIREITO DE PETIÇÃO

19.1. No tocante à recursos, representações e pedidos de reconsideração, deverá ser observado o disposto no art. 109 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO

21.1. Vincula-se a este Contrato o Edital de Pregão nº 26/2021, termo de referência, e a Ata de Registro de Preços nº 51/2021, respeitando o Princípio da Vinculação ao instrumento convocatório.



CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DO FORO

22.1 Fica eleito o foro da cidade de Cuiabá/MT, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja. E, para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado e contratado, é lavrado o presente Contrato, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado em 03 (três) vias pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo nomeadas.

Cuiabá, 25 de agosto de 2021.

ROGÉRIO BORGES FREITAS
Primeiro Subdefensor Público Geral

SOLUMINAR SERVICE EIRELI
Rep. Legal: Fabiano de Sousa Neto.

Testemunhas:

1) _____
CPF:

2) _____
CPF: